

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.854 - MA (2019/0249770-3)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE TIMON - MA**  
**SUSCITADO** : **JUÍZO DE DIREITO DE MATÕES - MA**  
**INTERES.** : **FRANCIMAR RIBEIRO DA SILVA**  
**ADVOGADO** : **KLEUDA MONTEIRO DA SILVA - PI006152**  
**INTERES.** : **MUNICÍPIO DE MATOES**  
**ADVOGADO** : **ELIEZER COLACO ARAUJO - MA014629**

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE TIMON - MA, suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DE MATÕES - MA, suscitado, nos autos da Reclamação Trabalhista, proposta por FRANCIMAR RIBEIRO DA SILVA, em desfavor de MUNICÍPIO DE MATÕES .

A demanda foi originalmente distribuída ao Juízo Comum Estadual, que declinou de sua competência, e enviou os autos à Justiça Laboral, nos seguintes termos:

"Considerando que a verba reclamada é de natureza eminentemente trabalhista, bem como se discute neste feito o reconhecimento de vínculo empregatício da requerente com o Município, forçoso concluir que este juízo carece de competência para o feito" (fl. 37e).

O Juízo Laboral, por sua vez, suscitou o Conflito de Competência, nos seguintes termos:

"Considerando que a parte autora foi regida pelas normas gerais administrativas pertinentes aos servidores da pessoa jurídica de direito público interno demandada, fato notório, ineludível, emergente da própria prova dos autos.

Considerando os precedentes firmados pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, declarando a competência da Justiça Comum nas causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária, ou de caráter jurídico-administrativo, sem qualquer distinção, restrição ou modulação.

Considerando as inúmeras reclamações recebidas por este Juízo, oriundas do próprio Supremo Tribunal Federal, todas com liminares deferidas, de plano, com declaração peremptória de incompetência absoluta da Justiça do Trabalho e imediata suspensão de decisões

# Superior Tribunal de Justiça

proferidas em qualquer grau de sua jurisdição, nada obstante a existência de súmulas (TRT16, Súmula 01, TST, Súmula 363), ao fundamento de literal descumprimento e desafio frontal à jurisprudência da excelsa Suprema Corte Nacional, mormente a prolatada na ADI/STF nº 3.395-6, e nas Reclamações/STF/MA nºs 19.034, 20.092, 21.846, 21.969, 24.474, 24.475, 26.555, 27.244, 28.809, 29.993, 31.254, 31.256, 31.262, 31.284, 31.289, 31.298, 31.305, 31.309, 31.891, 32.740, além de miríade outras nesse mesmo sentido e ordenação.

DECIDO, por conseguinte, declarando a incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para o julgamento da lide (CPC, art. 64, § 1º), suscitar, *ex officio*, Conflito Negativo de Competência, ao colendo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do presente processo, *ex vi legis* (CF, art. 105, inciso I, alínea 'd', CPC, arts. 951, e seguintes)" (fl. 72e).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela competência do Juízo de Direito de Matões - MA, ora suscitado (fls. 84/86e), ao fundamento de que "a relação entre o Município e seus empregados contratados sem prévia aprovação em concurso público é, em regra, de natureza jurídico-administrativa, ainda que se trate de contratação temporária, cuja competência para julgar suas lides é da Justiça Comum" (fl. 85e).

**De início, conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.**

Em face do advento da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para conhecer das ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos entes de direito público externo e da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, passou a ser da Justiça do Trabalho.

O STF, porém, ao analisar a questão nos autos da ADIn 3.395/DF, em 05/04/2006, referendou liminar anteriormente concedida, que **suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF/88, alterado pela EC 45/2004, que atribuisse à Justiça do Trabalho a competência para apreciar causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.**

Tem-se, pois, que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum Estadual ou Federal, conforme o caso, ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça Laboral o julgamento dos litígios daí advindos.

Destaque-se que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que "ao examinar a

# *Superior Tribunal de Justiça*

Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.395, **não excluiu da Justiça Trabalhista a competência para apreciar relação jurídica entre o Poder Público e servidor regida pela Consolidação das Leis do Trabalho**" (STF, Rcl 8.406 AgR-segundo, Relator Min. MARCO AURÉLIO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/05/2014).

Outrossim, a definição da competência jurisdicional se dá em razão dos elementos identificadores ou constitutivos da demanda, a dizer, as partes, o pedido e a causa de pedir. No caso da Justiça do Trabalho, a causa de pedir é o elemento que atrai sua competência, esta relacionada com a fundamentação jurídica.

**In casu**, o reclamante alega que:

"O reclamante foi contratado pela reclamada em 21 de janeiro de 2013, para exercer o cargo de gari, trabalhando sempre das 7:00h às 11:00h, de segunda a sexta-feira, e aos sábados de 8h às 12:00h, percebendo o salário de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), e foi demitido em 03 de outubro de 2016.

Não havendo aviso prévio, a parte reclamante foi dispensada imotivadamente, sem receber quaisquer de suas verbas rescisórias, inclusive os depósitos do FGTS, bem como as guias para seu levantamento.

Assim, o empregado se viu tolhido em seu direito, razão por que se insurge no Judiciário a fim de ter sua pretensão materializada" (fls. 11/13e).

Pleiteia, na peça vestibular (fls. 11/25e):

- "a) O reconhecimento do vínculo empregatício;
- b) Aviso prévio indenizado (39 dias. de acordo com a Lei 12 506/2011) no valor de RS R\$1.601,60. nos termos do art 487. I, da CLT. com data do término do aviso prévio (para efeito de cálculo): 11-Novembro-2016;
- c) Saldo do salário (3/30) R\$123,20.
- d) O pagamento da diferença salarial de junho de 2015 a outubro de 2016, que correspondo ao valor do R\$ 7.516,00 (sete mil. quinhentos e dezesseis reais);
- e) O pagamento dos meses atrasados de setembro e outubro, de 2016, no valor total de R\$1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais;
- f) Férias nos seguintes termos.
- (...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Total de férias: R\$6.160,02

g) 13º salário nos seguintes termos

(...)

Total de décimo terceiro: R\$2.538,67

h) O pagamento do FGTS no valor histórico (45 meses), no valor de R\$ 4.435,20 com a expedição do respectivo alvará;

i) O pagamento da multa do 40% sobre o FGTS. no valor de R\$ 1.774.08;

j) Concessão da justiça gratuita por ser a reclamante pobre na forma da lei;

k) O pagamento da multa do art. 477 da CLT. por atraso na quitação das verbas no valor de R\$1.232,00;

l) A aplicação de multa, na forma da lei pela falta de assinatura da CTPS e o recolhimento do INSS;

m) A aplicação da multa do art. 467 da CLT;

n) Seja ainda condenado o reclamado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na base de 15% do valor da condenação" (fls. 23/25e).

A par disso, conforme se extrai dos autos, observa-se que as parcelas que o autor entende devidas são decorrentes de relação trabalhista, regida pelas das normas da CLT.

Em casos tais, esta Corte Superior já decidiu que o regime jurídico aplicável à parte reclamante é o celetista, o que, por conseguinte, implica a competência da Justiça Trabalhista.

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA MANEJADO PELO MUNICÍPIO INTERESSADO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI LOCAL QUE INSTITUIU REGIME CELETISTA. IMPERTINÊNCIA. IMERSÃO NO MÉRITO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE NO INCIDENTE DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONFLITO EM RAZÃO DA MATÉRIA. SOLUÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE DO PEDIDO E DA CAUSA DE PEDIR VEICULADOS NA INICIAL.

1. O incidente processual do conflito de competência, consoante se depreende da redação do art. 66 do CPC, surge da divergência entre dois ou mais juízes no tocante à legitimidade para o exercício do poder jurisdicional, com o escopo de se assegurar a observância do princípio do juiz natural no caso concreto.

2. Para solver tal controvérsia, prevê o vigente diploma processual procedimento adequado, no qual incumbe ao tribunal tão somente declarar qual é o juízo competente, pronunciando-se, ainda e se necessário, quanto à validade dos atos praticados pelo juízo reconhecidamente incompetente. Inteligência do art. 957 do CPC.

3. Todavia, não se pode extrair, dessa última regra, esteja o tribunal, no caso este STJ, autorizado a imiscuir-se no mérito da demanda para examinar fatos e provas, antecipando indevido juízo de valor quanto ao próprio objeto da ação originadora do conflito de competência.

4. Essa é a razão pela qual os argumentos apresentados nas razões do presente agravo regimental - tendentes a aferir a modulação de efeitos da alegada declaração de inconstitucionalidade de lei local - não devem sequer ser conhecidos, haja vista que, ao imergir em profundidade na discussão do conteúdo da lide, tenta o Município agravante induzir a Corte a se pronunciar quanto ao direito disputado pelas partes, cujo propósito, à toda vista, desborda da estrita vocação do conflito de competência.

**5. Para a solução do presente conflito, basta a este STJ, na esteira de precedentes das três Seções que o integram, reafirmar o entendimento de que, tratando-se de conflito de competência em razão da matéria, a fixação do juízo competente deve considerar o pedido e a causa de pedir delineados na exordial.**

6. Agravo Regimental a que se nega provimento para manter a decisão agravada, na qual se declarou a competência da Vara do Trabalho de Santa Rita do Sapucaí/MG, o juízo suscitante" (STJ, AgRg no CC 144.175/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 08/11/2016).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA INSTAURADO ENTRE JUÍZO DE DIREITO E JUÍZO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR QUE SE BASEIAM EM NORMAS CELETISTAS. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE DESPROVIDO.

1. A determinação da competência para o processo e o julgamento das demandas envolvendo direitos decorrentes da relação de trabalho entre Servidores Públicos e a Administração Pública depende do vínculo estabelecido entre eles.

2. O STF, no julgamento da ADI 3.395/DF, em 05.04.2006,

# *Superior Tribunal de Justiça*

referendou liminar anteriormente concedida, que suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF, alterado pela EC 45/2004, que atribuisse à Justiça do Trabalho a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus Servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

3. Tem-se, pois, que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum (Estadual ou Federal), ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça laboral o julgamento dos litígios daí advindos.

**4. A definição da competência jurisdicional se dá em razão dos elementos identificadores ou constitutivos da demanda, a dizer, as partes, o pedido e a causa de pedir. No caso da Justiça do Trabalho, a causa de pedir é o elemento que atrai sua competência, está relacionada com a fundamentação jurídica.**

(...)

6. Agravo Regimental do ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE desprovido" (STJ, AgRg no CC 119.234/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 13/09/2012).

No mesmo sentido, os seguintes julgados monocráticos: STJ, CC 158.389/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 03/09/2018; CC 159.179/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe de 21/08/2018; CC 157.217/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 02/04/2018; CC 157.214/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 27/03/2018; CC 153.277/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 04/08/2017.

Ante o exposto, conheço do Conflito para, à luz das peculiaridades do caso concreto, declarar competente o Juízo da Vara do Trabalho de Timon-MA, ora suscitante.

Dê-se ciência aos Juízos envolvidos e ao Ministério Público Federal.

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
Relatora